MUNICÍPIO DE VINHAIS

**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO ORDINÁRIA**

DATA: 2026/08/17 ATA N.º 13/2026

Presenças: ----------

- Luís dos Santos Fernandes, que presidiu, eleito pelo Partido Socialista; ----------
- Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, eleito pelo Partido Socialista; ----------
- Martinho Magno Martins, eleito pelo Partido Socialista; ----------
- Carla Maria Gonçalves Alves Pereira, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "Pela Nossa Terra"; ----------
- Alfredo Paulo de Vila Moura dos Santos, eleito pela AD – Coligação PSD/CDS. ---

Local da reunião: Salão Nobre dos Paços do Município. ----------

Hora de abertura: Quinze horas e vinte minutos. ----------

Hora de encerramento: Dezasseis horas e vinte e cinco minutos. ----------

Secretariou: Patrícia Martins Canteiro, técnica superior jurista da Câmara Municipal de Vinhais. ----------

**1 – Período de Antes da Ordem do Dia.** ----------

**ORDEM DO DIA**

**2 – Ata da reunião anterior.** ----------

**3 – Execução de Obras Públicas.**----------

**4 – Mapa de Projetos Financiados.**----------

**5 – Resumo diário de Tesouraria.** ----------

**6 – Obras Particulares:** ----------

**6.1 – Pedido de Aprovação de Projeto de Arquitetura – Construção de Edifício para Armazém – Comércio e Serviços – Processo n.º 15/2025.** ----------

**1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e referindo-se, de seguida, aos incêndios que deflagraram durante o fim de semana, expressou a sua preocupação face à dimensão que os mesmos atingiram e aos prejuízos e consequências daí resultantes. ----------

Começou por lamentar o acidente que envolveu quatro bombeiros, destacando que esta foi a situação mais preocupante e crítica ocorrida no âmbito das operações de combate aos incêndios. ----------

Informou que, felizmente, o estado de saúde dos bombeiros evoluiu favoravelmente, embora se mantivesse a preocupação relativamente a todos os envolvidos. Referiu, em particular, que uma das bombeiras foi transferida para o Hospital da Prelada, não correndo, àquela data, risco de vida. ----------

Manifestou, ainda, a sua solidariedade para com os bombeiros sinistrados e respetivas famílias, salientando a gravidade do acidente que envolveu a viatura dos bombeiros. --------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deixou ainda um agradecimento a todas as entidades que estiveram envolvidas nas operações de combate e acompanhamento dos incêndios, com especial reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos Bombeiros

Voluntários de Vinhais e pelas Juntas de Freguesia, que desempenharam um papel fundamental no apoio às populações e na resposta à situação de emergência. ----------

Relativamente à área afetada, informou que a área ardida é superior a 2.000 hectares, tendo-se verificado prejuízos significativos, nomeadamente no setor agrícola e florestal, com particular incidência nos castanheiros e na atividade apícola. ----------

Referiu que o Município dispõe de condições para proceder, de imediato, ao levantamento dos prejuízos, mas que, no momento, tal não foi considerado aconselhável pelo Subcomandante Regional, devendo ser aguardadas as condições adequadas para a realização desse trabalho. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou, igualmente, que já havia estabelecido contactos com o Vice-Presidente da CCDR-N, no sentido de transmitir a preocupação do Município relativamente aos elevados prejuízos agrícolas e florestais provocados pelos incêndios. Disse, ainda, ter efetuado contactos com o Senhor Secretário de Estado das Florestas e com a Senhora Diretora do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), procurando sensibilizar as entidades competentes para a necessidade de uma resposta adequada às consequências do incêndio. ----------

Informou que será marcada, com caráter de urgência, uma reunião da Comissão de Cogestão do Parque Natural de Montesinho, por solicitação do Município de Vinhais, tendo em vista analisar as condições de intervenção e as limitações atualmente existentes em determinadas áreas. Sublinhou que continuam a verificar-se constrangimentos em algumas zonas, designadamente devido à acumulação e ao amontoado de árvores, que dificultam ou, em determinados locais, impedem a intervenção dos meios aéreos. ----------

Neste contexto, considerou necessário proceder à revisão de algumas das condições e procedimentos atualmente existentes, uma vez que se verificam diversas limitações impostas pelo ICNF. Referiu que estas questões deverão ser analisadas com as entidades competentes, de forma a melhorar a capacidade de resposta e intervenção no território. ----------

O Senhor Presidente informou, também, que foi efetuada uma solicitação ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente, no sentido de avaliar o que poderá ser feito perante a dimensão da área ardida e as consequências ambientais e florestais decorrentes do incêndio. Embora a situação se encontre, àquela data, estabilizada, alertou para o facto de continuarem a ocorrer diversos reacendimentos, pelo que a situação permanecia preocupante e exigia a manutenção da vigilância e da capacidade de intervenção no terreno. ----------

Aproveitou, ainda, para esclarecer uma situação relacionada com algumas imagens que estavam a ser divulgadas na comunicação social, nomeadamente imagens de uma viatura de

bombeiros ardida. Esclareceu que algumas das imagens transmitidas não correspondiam integralmente à realidade, referindo que a viatura ficou efetivamente inutilizada, mas que a informação e as imagens divulgadas deveriam ser devidamente contextualizadas. ----------
O Senhor Presidente deixou uma palavra especial de consideração, apoio e reconhecimento às Juntas de Freguesia da União das Freguesias da Moimenta e Montouto; Soeira, Fresulfe e Mofreita e Travanca e Santa Cruz, pelo trabalho desenvolvido durante o período de incêndio e pelo apoio prestado às populações e às operações no terreno. ----------
Relativamente à realização dos espetáculos previstos para o dia 15 de agosto, informou que o Executivo Municipal decidiu proceder ao seu cancelamento, por respeito pela situação vivida pelos bombeiros e perante a incerteza existente relativamente ao estado de saúde dos elementos sinistrados. Acrescentou que a decisão teve também em consideração a localização do evento, que se realizaria nas proximidades do quartel dos Bombeiros, entendendo-se que não seria adequado promover a realização da festa perante as circunstâncias então vividas. ----------
O Senhor Presidente manifestou, igualmente, às famílias dos bombeiros sinistrados a total disponibilidade da Câmara Municipal para prestar o apoio que se revelasse necessário, nomeadamente ao nível do transporte e do acompanhamento e realização de tratamentos físicos e psicológicos, dentro das possibilidades e competências do Município. ----------
Quanto aos meios mobilizados para o combate aos incêndios, esclareceu que não se verificou falta de meios no terreno. Relativamente aos meios aéreos, explicou que houve um período em que estes não puderam operar devido às condições atmosféricas, situação que condicionou temporariamente a sua utilização, mas que não resultou de falta de disponibilidade de meios. ----------
O Senhor Presidente fez ainda referência aos incêndios ocorridos em Rebordelo e Vale das Fontes, salientando que estiveram presentes e acompanharam a situação diversas entidades, incluindo o Senhor Ministro da Agricultura e o Senhor Ministro da Administração Interna, o que demonstrou a relevância e a dimensão assumida pelos incêndios na região. ----------
Considerou importante esclarecer que, apesar de existirem prejuízos significativos, a gravidade da situação não foi igual em todos os territórios afetados, verificando-se diferenças entre os concelhos de Mirandela, Valpaços e Vinhais. ----------
Informou, igualmente, que o Senhor Ministro da Administração Interna entrou em contacto com o Município para se inteirar de como decorreram as operações no terreno e da evolução da situação. ----------

Por fim, relativamente aos incêndios de Vale das Fontes e Rebordelo, esclareceu que os prejuízos verificados foram considerados no âmbito do incêndio que afetou os três concelhos, tendo sido transmitido pelo Senhor Ministro da Administração Interna que haverá lugar à atribuição de apoios, atendendo a que a área global afetada pelo incêndio ultrapassa os 15.000 hectares, nos três concelhos. ----------

O Senhor Presidente concluiu reiterando a preocupação do Município perante os prejuízos provocados pelos incêndios, bem como a disponibilidade do Executivo Municipal para acompanhar a situação, colaborar com as entidades competentes e defender junto das diferentes instâncias governamentais a adoção das medidas e dos apoios necessários à recuperação das áreas afetadas e ao apoio às populações e atividades económicas atingidas.

Solicitou a palavra a Senhora Vereadora Carla Maria Gonçalves Alves Pereira, que cumprimentou todos os presentes e, de seguida, referiu-se aos incêndios que atingiram o concelho de Vinhais, durante o período compreendido entre 31 de julho e 15 de agosto. ---

Salientou que, no espaço de pouco mais de duas semanas, o concelho foi fustigado por dois grandes incêndios, os quais provocaram uma destruição significativa e causaram elevados prejuízos económicos, patrimoniais e ambientais, com impactos que se farão sentir nas populações e no território. ----------

Neste contexto, a Senhora Vereadora manifestou a sua mais profunda gratidão e homenagem aos Bombeiros Voluntários de Vinhais, destacando o papel fundamental que desempenharam no combate aos incêndios e na proteção das populações, dos bens e do património do concelho. ----------

Salientou que os bombeiros são homens e mulheres da terra, que, com coragem, dedicação e espírito de missão, colocam frequentemente a própria vida em risco para proteger e socorrer os outros, enfrentando situações de grande perigo e exigência física e emocional. –

A Senhora Vereadora deixou, por isso, uma palavra de reconhecimento, solidariedade e profundo agradecimento a todos os bombeiros que participaram nas operações de combate aos incêndios, estendendo esse reconhecimento às forças de segurança, às equipas de emergência e socorro, às Juntas de Freguesia, aos trabalhadores do Município e a todas as demais entidades, instituições e pessoas que contribuíram para a resposta aos dois incêndios.

Destacou a importância do trabalho conjunto e articulado de todas estas entidades, considerando que o seu empenho, disponibilidade e dedicação foram fundamentais para minimizar os efeitos dos incêndios e prestar apoio às populações afetadas. ----------

Para todos os intervenientes, a Senhora Vereadora reiterou o seu respeito, admiração e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, deixando uma palavra de profundo agradecimento pela coragem, dedicação e sentido de serviço demonstrados num período particularmente difícil para o concelho. ----------

Por fim, dirigiu uma palavra especial aos bombeiros que ficaram feridos durante as operações de combate aos incêndios e que necessitaram de assistência hospitalar, desejando-lhes as mais sinceras melhoras e uma rápida e plena recuperação, bem como força às respetivas famílias neste período de preocupação e apreensão. ----------

Na sequência da intervenção da Senhora Vereadora, foram colocadas algumas questões relativamente aos incêndios que afetaram o concelho, designadamente no que respeita aos prejuízos causados e aos mecanismos de apoio às populações e atividades económicas afetadas. ----------

Em primeiro lugar, se, aquando da visita das entidades governamentais, nomeadamente dos Senhores Ministros, em situações de catástrofe desta natureza, foram equacionados ou identificados mecanismos de apoio mais eficazes e céleres, capazes de permitir uma resposta mais rápida na minimização dos prejuízos provocados pelos incêndios. ----------

Questionou, igualmente, se, no âmbito das medidas destinadas ao restabelecimento do potencial produtivo, para além do apoio atualmente previsto para a aquisição e plantação de novas plantas, estão previstas ou poderão vir a ser implementadas outras medidas de apoio aos proprietários e produtores afetados, tendo em consideração a dimensão dos prejuízos e o tempo necessário para a recuperação da capacidade produtiva das áreas atingidas. ---------

Por fim, questionou se já foi elaborado o relatório técnico relativo ao levantamento e avaliação dos prejuízos provocados pelos incêndios de Vale das Fontes e Rebordelo, pretendendo saber se o referido documento se encontra concluído e, em caso afirmativo, quais as suas principais conclusões e se já foi remetido às entidades competentes para efeitos de avaliação e eventual atribuição de apoios. ----------

Em resposta às questões colocadas pela Senhora Vereadora, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, de acordo com o que foi transmitido pelo Senhor Ministro da Agricultura, a celeridade na atribuição dos apoios será fundamental para minimizar os prejuízos causados pelos incêndios. ----------

Nesse sentido, destacou o apoio no valor de 10.000 euros como uma das medidas que poderá permitir uma resposta mais rápida e eficaz às situações identificadas, salientando que o

Governo está consciente das dificuldades e dos prejuízos que afetam os produtores e proprietários atingidos. ----------

O Senhor Presidente referiu, igualmente, a questão dos seguros agrícolas, considerando que existem prejuízos que, pelas suas características, não são integralmente compensados através dos mecanismos existentes. Deu como exemplo os prejuízos provocados nas plantações de castanheiros, salientando que a reposição das árvores e do potencial produtivo não permite, por si só, compensar as perdas decorrentes do tempo necessário para que uma nova plantação atinja novamente a sua capacidade produtiva. ----------

Relativamente às questões relacionadas com as práticas agrícolas e florestais, referiu também a necessidade de avaliar o impacto da agricultura biológica e das orientações relativas à não mobilização ou não lavra dos solos na gestão do território e na prevenção e propagação dos incêndios. Considerou que esta matéria deverá ser analisada tecnicamente, procurando perceber se determinadas práticas ou condicionantes atualmente existentes poderão ter influência na gestão da vegetação, na limpeza dos terrenos e, consequentemente, no comportamento dos incêndios. ----------

O Senhor Presidente fez ainda referência a algumas dificuldades e constrangimentos decorrentes da atuação de determinadas entidades e dos procedimentos atualmente existentes, considerando que, em determinadas circunstâncias, estes podem constituir entraves a uma intervenção mais rápida e eficaz no território. ----------

Sublinhou a necessidade de se proceder a uma reflexão sobre estas matérias, de forma a encontrar soluções que permitam melhorar a capacidade de prevenção e resposta perante situações desta natureza. ----------

No que respeita ao relatório técnico relativo aos incêndios de Vale das Fontes e Rebordelo, informou que o levantamento realizado pela empresa municipal PRORURIS já foi remetido à CCDR-N, dirigido ao Vice-Presidente Dr. Paulo Ramalho. Esclareceu, contudo, que o referido levantamento foi efetuado essencialmente em termos de área afetada, não contemplando ainda uma quantificação integral dos prejuízos económicos. ----------

Informou que, de acordo com o levantamento realizado, foram identificados aproximadamente 490 hectares de área ardida em Vale das Fontes e Rebordelo. Salientou, ainda, que entre os prejuízos registados se encontram oliveiras centenárias, cuja perda representa um dano significativo, não apenas em termos económicos, mas também patrimoniais e ambientais. ----------

Acrescentou que, por parte do Ministério da Agricultura, também se deslocaram técnicos ao terreno com o objetivo de proceder ao levantamento e avaliação dos prejuízos provocados

pelos incêndios, estando o Município a acompanhar este processo junto das entidades competentes. ----------

O Senhor Presidente aproveitou, ainda, para deixar um agradecimento público à Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) e a todos os Municípios que a integram, pela solidariedade e pelo apoio manifestado perante a situação vivida no concelho de Vinhais. Destacou a disponibilidade demonstrada pelos diferentes Municípios para colaborar e, sempre que necessário, disponibilizar meios para apoiar o concelho e as populações afetadas. ----------

Por fim, manifestou igualmente o seu agradecimento à Presidência da República, referindo que foram estabelecidos contactos com o próprio e com os Bombeiros, demonstrando solidariedade e preocupação perante a situação vivida e, em particular, perante os bombeiros que foram feridos durante as operações de combate aos incêndios. ----------

O Senhor Presidente concluiu reiterando o seu reconhecimento a todas as entidades que, de diferentes formas, manifestaram solidariedade, apoio e disponibilidade para colaborar com o Município durante este período particularmente difícil, salientando que a articulação entre as diversas entidades será fundamental para a recuperação das áreas afetadas e para o apoio às populações e atividades económicas atingidas. ----------

Concedida a palavra ao Senhor Vereador Alfredo Paulo Vila Moura dos Santos, o qual cumprimentou todos os presentes e, relativamente à questão dos incêndios que afetaram o concelho, declarou subscrever integralmente as intervenções e considerações anteriormente proferidas, manifestando igualmente a sua solidariedade para com todos os envolvidos e afetados por esta situação. ----------

De seguida, deixou uma nota dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, relacionada com a presença de entidades políticas no concelho, em situações desta natureza. Referiu que, sempre que o Município seja visitado por representantes de entidades políticas ou governamentais, nomeadamente em situações de maior gravidade ou emergência, se encontra disponível para estar presente nas respetivas reuniões e encontros institucionais. --

Considerou que o princípio da representação e do protocolo institucional deve funcionar não apenas nos momentos positivos e de celebração, mas também nas situações adversas e particularmente difíceis para o concelho. Nesse sentido, manifestou a sua disponibilidade para participar nas reuniões que venham a ser realizadas com entidades políticas ou governamentais, entendendo que a presença dos diferentes eleitos poderá contribuir para uma maior representação institucional do Município. ----------

De seguida, o Senhor Vereador abordou a questão da rede de transportes públicos, referindo que apesar da mesma se encontrar ainda numa fase inicial de implementação e avaliação, considera que, de uma forma geral, lhe parece que as linhas e os horários atualmente definidos respondem às necessidades existentes, embora tenha identificado uma questão que considera merecer especial atenção, concretamente os horários da ligação entre Bragança e Vinhais. ----------

Salientou que o autocarro proveniente de Bragança chega a Vinhais às 08h59, verificando-se uma situação semelhante no sentido inverso, uma vez que o autocarro parte de Vinhais às 17h00. Considerou que estes horários poderão não ser os mais adequados para uma parte significativa dos utilizadores, tendo em conta os horários laborais praticados, designadamente por trabalhadores da Administração Pública. ----------

Nesse sentido, sugeriu que, durante este período experimental, seja avaliada a possibilidade de proceder a um pequeno ajustamento aos horários da ligação Vinhais–Bragança e Bragança–Vinhais, de forma a melhorar a sua articulação com os horários de entrada e saída dos trabalhadores. ----------

Concluiu considerando que uma alteração pontual dos horários poderá contribuir para aumentar a utilidade e a procura do serviço de transporte público, tornando-o mais adequado às necessidades concretas da população e incentivando a sua utilização regular. ----------

Em resposta à intervenção do Senhor Vereador Alfredo Paulo Vila Moura dos Santos, relativamente à rede de transportes públicos, tomou a palavra o Senhor Vereador Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, referindo que o Município tem vindo a transmitir à Comunidade Intermunicipal (CIM) e à Rodonorte a necessidade de proceder a pequenos ajustamentos aos horários atualmente em vigor, procurando adequá-los de forma mais eficaz às necessidades da população. ----------

A título de exemplo, mencionou a ligação de Nuzedo, cujo horário de saída se encontra atualmente previsto para as 07h40, tendo sido já sinalizada a necessidade de antecipação para as 07h20, de modo a garantir uma melhor articulação com as restantes necessidades de transporte. ----------

O Senhor Vereador Artur Marques salientou, ainda, que estes ajustamentos deverão ser analisados de forma integrada, tendo em consideração a necessidade de compatibilizar os transportes públicos com os transportes escolares e com as demais ligações existentes no concelho. Nesse sentido, referiu que será necessário proceder a uma avaliação global dos

horários, procurando assegurar uma adequada articulação entre todos os serviços de transporte e evitar sobreposições ou incompatibilidades. ----------
Relativamente à questão concreta das ligações entre Vinhais e Bragança e entre Bragança e Vinhais, informou que a possibilidade de proceder a ajustamentos aos respetivos horários já foi reportada à Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, para análise e eventual alteração. ----------
Concluiu referindo que o Município continuará a acompanhar a implementação da rede de transportes públicos e a transmitir às entidades responsáveis as situações identificadas, com o objetivo de melhorar progressivamente o serviço e adequá-lo às necessidades dos utilizadores. ----------

Tomou novamente a palavra o Senhor Vereador Alfredo Paulo Vila Moura dos Santos, referindo-se à presença de elementos da Polícia Judiciária nas instalações da Câmara Municipal, no dia anterior à realização da reunião de Câmara, à qual não esteve presente. --
Nesse contexto, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o motivo da presença daquela entidade na autarquia, solicitando, dentro dos limites impostos pelo dever de sigilo e pela natureza das diligências eventualmente em curso, informação sobre a existência de algum processo ou investigação relacionado com empreitadas promovidas pelo Município ou com algum procedimento administrativo. ----------
O Senhor Vereador esclareceu que a questão colocada tinha como objetivo obter, na medida do legalmente possível, algum esclarecimento institucional sobre a natureza da intervenção da Polícia Judiciária, designadamente se a mesma estaria relacionada com algum processo administrativo ou procedimento de contratação pública da responsabilidade do Município.-

Em resposta à questão colocada pelo Senhor Vereador Alfredo Paulo Vila Moura dos Santos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que não se encontrava no Município no dia em que estiveram presentes elementos da Polícia Judiciária. Contudo, informou que não se tratou de uma ação de busca às instalações municipais, tendo aqueles elementos solicitado a disponibilização de determinados elementos e documentação, no âmbito de uma denúncia anónima. ----------
Esclareceu que, de acordo com a informação de que dispunha, a solicitação efetuada pela Polícia Judiciária incidiu sobre dois assuntos distintos, um relacionado com um processo administrativo e outro com uma empreitada promovida pelo Município. ----------

Relativamente à questão anteriormente colocada sobre a participação dos diferentes eleitos nas reuniões com entidades políticas e governamentais, o Senhor Presidente referiu que nunca existiu qualquer intenção de excluir ou deixar de transmitir informação aos restantes membros do Executivo. Ainda assim, registou a observação apresentada pelo Senhor Vereador e afirmou que terá essa questão em consideração em futuras reuniões de trabalho, procurando assegurar uma maior participação institucional. ----------
Sublinhou que esta matéria não deverá ser entendida numa perspetiva partidária, mas antes como uma questão relacionada com a defesa dos interesses do concelho e com a necessidade de assegurar uma representação institucional adequada perante as diferentes entidades. -----
Relativamente à rede de transportes públicos, reconheceu que existem efetivamente alguns ajustamentos a realizar e situações pontuais que deverão ser analisadas e corrigidas. Referiu, contudo, que a realidade de Vinhais apresenta algumas especificidades, nomeadamente devido à existência de diversos circuitos de transporte escolar, o que condiciona a definição e articulação dos horários dos transportes públicos. ----------
Considerou, ainda, que pequenos ajustamentos, mesmo que correspondam apenas a alguns minutos nos horários de determinadas ligações, podem fazer uma diferença significativa para os utilizadores, permitindo uma melhor articulação com os horários de trabalho, de entrada e saída dos serviços e com os restantes transportes. ----------
Concluiu referindo que o Município continuará a acompanhar estas situações e a procurar, junto das entidades responsáveis, encontrar soluções que permitam melhorar a articulação e adequação da rede de transportes públicos às necessidades da população. ----------

O Senhor Presidente deu ainda conhecimento ao Executivo Municipal da reunião realizada em Lisboa com o Senhor Ministro das Infraestruturas, na qual foram abordadas matérias de interesse para o concelho. ----------
Informou ainda que o novo concurso público para a segunda fase da Estrada Nacional 103, que inclui a construção de viadutos se encontra a decorrer, estando prevista a apresentação de propostas até ao dia 7 de setembro. Esclareceu, ainda, que o valor-base do procedimento se mantém, podendo, contudo, o valor da proposta adjudicada situar-se até 10% acima do preço-base, nos termos previstos no respetivo procedimento. ----------
Por fim, salientou a importância deste processo para o concelho, referindo que o Município continuará a acompanhar o seu desenvolvimento junto das entidades competentes. ----------

**2 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.** ----------

A ata da reunião anterior, previamente enviada por correio eletrónico aos Senhores Vereadores, tendo sido dispensada a sua leitura nos termos do n.º 1 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal e do Senhor Vereador Alfredo Paulo de Vila Moura dos Santos, em virtude de não estarem presentes na reunião em causa. ----------

**3 – EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS.** ----------

Foi tomado conhecimento da situação das obras municipais em curso, quer por empreitada, quer por administração direta, cuja relação foi previamente enviada aos Senhores Vereadores, e que fica arquivada na pasta respetiva. ----------

**4 – MAPA DE PROJETOS FINANCIADOS.** ----------

Foi tomado conhecimento da situação dos Projetos Financiados, cuja relação foi previamente enviada aos Senhores Vereadores, e que fica arquivada na pasta respetiva. ----------

**5 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA.** ----------

Foi tomado conhecimento do resumo diário de tesouraria, datado do dia catorze do mês de agosto, do ano de dois mil e vinte e seis, que regista os seguintes saldos:----------

Em dotações Orçamentais .....7.287.255,31 €

Em dotações Não Orçamentais .....589.292,27 €

**6 – OBRAS PARTICULARES:** ----------

**6.1 – PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA – CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA ARMAZÉM – COMÉRCIO E SERVIÇOS – PROCESSO N.º 15/2025.** ----------

Foi presente o Processo n.º 15/2025, referente ao pedido de construção de um prédio destinado a comércio e serviços, localizado na freguesia de Ervedosa. ----------

No âmbito da apreciação do processo, a técnica superior de Arquitetura informou que, nos termos do n.º 4 do artigo 54.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM), a ocupação deste tipo de espaços deve processar-se através da aprovação de plano de pormenor, operação de loteamento ou unidade de execução, podendo igualmente admitir-se a construção em parcelas existentes, desde que cumpridas determinadas condições. ---------

Nas parcelas dotadas de arruamento pavimentado e infraestruturas urbanas, a construção poderá ser admitida desde que a implantação não comprometa uma futura expansão urbana estruturada, seja assegurada, quando determinada pela Câmara Municipal e devidamente fundamentada, a realização de obras de correção ou alargamento do arruamento ou de reforço das infraestruturas, e seja garantida a cedência gratuita das áreas necessárias à concretização de uma futura expansão urbana. ----------

Relativamente às parcelas que não dispõem de arruamento pavimentado e infraestruturas urbanas, para além do cumprimento das condições anteriormente referidas, deverá ser assegurada previamente a construção das infraestruturas necessárias à implantação das novas edificações, de acordo com o que vier a ser deliberado pela Câmara Municipal. ----------

Face ao levantamento fotográfico apresentado, a técnica superior de Arquitetura verificou que o local não dispõe de arruamento pavimentado, tendo igualmente colocado dúvidas quanto à existência e disponibilidade de infraestruturas de energia elétrica e de telecomunicações. ----------

Na sequência da análise técnica, o técnico superior de engenharia civil confirmou a existência de rede de saneamento básico nas proximidades, bem como de rede de energia elétrica junto à estrada municipal, a cerca de 50 metros do terreno do requerente. Confirmou, ainda, que o acesso ao terreno é efetuado através de um caminho em terra batida, não existindo, contudo, prolongamento do ramal de energia elétrica até à parcela. ----------

Por sua vez, o técnico superior de engenharia concluiu que, do ponto de vista técnico, existe enquadramento suficiente para o prosseguimento do estudo e programação das infraestruturas municipais necessárias, considerando que os trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal apontam para a integração do local de implantação na futura malha urbana do aglomerado de Ervedosa. ----------

Assim, das informações técnicas prestadas resulta que, embora o local não disponha atualmente de todas as condições de urbanização exigidas, existe perspetiva de integração na futura estrutura urbana de Ervedosa, devendo ser avaliadas e programadas as infraestruturas municipais necessárias à eventual concretização da operação urbanística. ---

Concedida a palavra ao Senhor Vereador Martinho Magno Martins, o qual se pronunciou relativamente ao processo em apreciação, referindo que se trata de um pedido de construção localizado numa área classificada como urbanizável, cuja ocupação, face à ausência das infraestruturas necessárias, depende da apreciação e aprovação da Câmara Municipal, nos termos previstos no PDM em vigor. ----------

Esclareceu que, apesar de se tratar de uma área atualmente classificada como urbanizável, os trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal apontam para a sua futura integração no perímetro urbano da localidade de Ervedosa. Contudo, salientou que, enquanto o novo PDM não se encontrar aprovado e em vigor, a apreciação do processo terá necessariamente de ser efetuada à luz das disposições do PDM atualmente em vigor. ----------

Nesse sentido, considerou que a decisão deverá ter por base o enquadramento urbanístico vigente, sem prejuízo de se atender à evolução prevista para a área no âmbito da revisão do PDM e à futura integração da parcela na malha urbana do aglomerado. ----------

Solicitou a palavra o Senhor Vereador Alfredo Paulo Vila Moura dos Santos, que questionou se, perante a situação em análise, caberá ao Município assegurar a execução das infraestruturas necessárias à concretização da construção pretendida. ----------

Questionou, ainda, se a área em causa, independentemente do pedido apresentado pelo requerente, já se encontrava prevista pelo Município como uma zona a integrar no perímetro urbano no âmbito da revisão do PDM, procurando esclarecer se essa opção decorre de uma decisão de planeamento municipal anterior ao presente processo. ----------

Em resposta à questão colocada, o Senhor Vereador Martinho Magno Martins esclareceu que, face ao enquadramento do processo, será necessário assegurar previamente a execução das infraestruturas necessárias à construção, antes do início da respetiva edificação. ---------

Salientou, assim, que a concretização da operação urbanística fica dependente da criação das condições de urbanização adequadas, designadamente ao nível das infraestruturas necessárias. ----------

Face ao teor das informações técnicas, o órgão executivo deliberou, por unanimidade e em minuta, manifestar a intenção de integrar o local em análise em solo urbano e, consequentemente, de o dotar das infraestruturas municipais necessárias, considerando que a revisão do PDM prevê a integração do local de implantação na futura malha urbana do aglomerado de Ervedosa. ----------

E eu, Patrícia Martins Canteiro, Técnica Superior Jurista da Câmara Municipal de Vinhais, a redigi e assino. ----------